

Bancada do Amazonas

BO

Congresso Nacional

Sexta-feira, 10 de maio de 1991

aplaude saída de Zélia

BRASÍLIA — Em nome da bancada do Amazonas no Congresso Nacional, o Senador Amazonino Mendes (PDC-AM)



aplaudiu ontem a saída da Ministra Zélia Cardoso de Mello, admitindo que agora fica mais fácil ressuscitar a portaria da Secretaria de Desenvolvimento Regional que tirava do Ministério da Economia o poder de fazer a distribuição das cotas de importação da Zona Franca de Manaus. Ele desembarcou logo cedo no Palácio do Planalto para fazer, junto ao Presidente Fernando Collor, o lobby pela reedição da portaria revogada a partir de uma exigência de Zélia.

Em tese, a saída da Ministra facilita a reedição da medida que irá moralizar a distribuição das cotas na Suframa, moralizar o órgão e acabar com os cartórios ali existentes — explicou, após o encontro com o Presidente.

Por causa dessa portaria, a Ministra entrou em atrito com o Secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, que, segundo Amazonino, "tem mais sensibilidade e mais conhecimento, de causa dos problemas

das populações desassistidas". O Senador revelou que, preocupado com a paralisação das empresas da Zona Franca, em função da não liberação das cotas anuais de importação, Egberto Batista começou a pressionar o Ministério da Economia para resolver a situação, mas não obteve sucesso. De acordo com a versão de Amazonino, depois de consultar a legislação, Egberto descobriu que sua Secretaria poderia agir sobre a política de cotas, decidindo-se pela edição da portaria.

— Eu falei ao Presidente Collor da necessidade de a Suframa se transformar em um órgão promotor de desenvolvimento. Ele me respondeu que isso era absolutamente necessário — contou Amazonino.

Há uma semana os parlamentares da bancada do Amazonas no Congresso Nacional assinaram um documento, encaminhando ao Presidente Collor, pedindo a reedição da portaria que dá à Suframa poderes para fazer a distribuição das cotas de importação. Zélia exigiu o fim da Portaria porque acreditava que os empresários da região poderiam comercializar as cotas de importação.